

---

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90080/2024

Data da abertura da sessão: 03/09/2024 às 10h00min

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, sociedade empresária, com sede estabelecida na Av Morumbi, 8234 - 3.andar, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04703-901, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 00.331.788/0001-19, e com filial estabelecida na estabelecida na Estrada da Boa Esperança, nº 650, Belford Roxo/RJ, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0006-23, doravante denominada "**RECORRIDA**", devidamente representada por seu procurador que a estas subscreve, vem, respeitosamente e tempestivamente, apresentar suas

### **CONTRARRAZÕES**

aos memoriais de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **GMB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** doravante denominada "**RECORRENTE**", contra a decisão de sua inabilitação e da decisão da declaração da habilitação da **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.** vencedora do presente certame, consoante fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LV, garante que:

***"Art. 5º (...)***

***LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"***

Com base nesta garantia constitucional, pede vênias a esta Douta Comissão de Licitação para apresentar seus memoriais de contrarrazões.

## 2. DOS FATOS

Em apertada síntese, a Recorrente interpôs Recurso Administrativo solicitando a reforma da acertada e justa decisão do Nobre Julgador que a declarou inabilitada do certame em referência, ocasião que trouxe as alegações à seguir, senão vejamos:

**Em 03 de setembro de 2024, foi aberta a fase de lances do Pregão Eletrônico nº 90080/2024, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para Aquisição, sob demanda, de Dióxido de Carbono Medicinal (CO2), para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 1 (um) ano. O certame foi conduzido de acordo com as normas estabelecidas no edital, garantindo que a proposta selecionada fosse aquela que melhor atendesse ao interesse público, com base na qualidade dos serviços oferecidos e no valor proposto.**

**No processo licitatório, nossa empresa foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta, conforme os critérios estabelecidos no edital. Após a definição do vencedor, foi realizada uma negociação entre as partes, resultando em um ajuste no valor ofertado, o qual foi aceito pela Administração, formalizando a continuidade do certame.**

**Na fase de habilitação, no dia 04/03/2024, às 14:36:53, foi solicitada a apresentação de documentação complementar. Contudo, às 15:28:37 do mesmo dia, ou seja, apenas 51 minutos e 44 segundos após a solicitação, esta empresa foi inabilitada. O breve intervalo de tempo entre a solicitação e a inabilitação restringiu a possibilidade de atender adequadamente à demanda documental, fato que motivou a interposição do presente recurso.**

**E ainda segue:**

**Nobre Administração, em conformidade com o item 19.1 do edital, que exige a demonstração de aptidão para o fornecimento de bens com complexidade tecnológica e operacional similar, reafirmamos que nossa empresa possui total capacidade para atender a tais requisitos. A GMB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. já atua no fornecimento de gases com elevado nível de excelência e controle, o que nos posiciona como uma empresa qualificada para fornecer bens de natureza semelhante aos exigidos no certame. Nosso histórico operacional demonstra nossa expertise e capacidade de gestão em serviços complexos, garantindo que estamos plenamente habilitados para cumprir com as demandas estabelecidas. (g/n)**

**Em suma, é o alegado pela Recorrente.**

Neste sentido, a Recorrente, descontente com a decisão de sua inabilitação, com claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderando os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Em que pese os argumentos da Recorrente, o fato principal é que ela, como estava previsto, não apresentou no ato da entrega todos os documentos que comprovam sua habilitação neste pregão, ou seja, deixou de cumprir exigência editalícia, e busca ainda confundir este estimado colegiado e atrasar o certame com a rasa alegação de que a Recorrida deixou de cumprir exigência editalícia no que se refere à diligência..

Não terá sucesso, certamente, uma vez que, restará provado nesta peça a verdade dos fatos, face aos fundamentos e entendimentos doutrinários que explanam e demonstram a razoabilidade do ato de inabilitação.

### **3. DA FACULDADE NA REALIZAÇÃO DA DILIGÊNCIA**

O edital assim dispõe:

**15.11 – A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Pregoeiro antecedida do de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido no item 15.8.1**

Contrariamente ao alegado pela Recorrente, o instituto da diligência realizada pelo pregoeiro é uma faculdade e não uma exigência, uma vez que a Administração poderá realizar diligências.

Nesse sentido, o art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021, assim dispõe:

**§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo. (g/n)**

Portanto, a legislação estabelece que o pregoeiro, enquanto Administração, **pode** realizar diligências para esclarecer fatos ou documentos, quando julgar necessário, mas não é obrigado a fazê-lo de forma automática, e isso significa que o pregoeiro deve usar sua discricionariedade para determinar se há dúvidas ou inconsistências que justifiquem a adoção dessa medida.

O objetivo é obter maiores esclarecimentos ou informações complementares, assegurando a lisura e a eficiência do processo licitatório.

Portanto, a diligência serve para esclarecer e complementar a documentação de licitante, independente das etapas em que se encontram os processos, na fase de habilitação ou de proposta, podendo ser utilizada pela Comissão de Licitação ou pelo Pregoeiro.

Porém, o art. 64 da Lei 14.133/21 estabelece a diligência como mecanismo para esclarecer dúvidas ou completar informações, sendo certo que é vedada a inclusão posterior de documentos no processo que deveriam ter sido originalmente apresentados na proposta.

O art. 64 dispõe nesse sentido:

**Art. 64.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Nesse entendimento, o TCU permite a utilização da diligência quando erros sanáveis são identificados, por exemplo, nas planilhas de preços apresentadas pelas empresas, onde essa correção não pode resultar em aumento no preço global da proposta.

No caso em tela, a Recorrente deixou de trazer aos autos no momento oportuno, conforme previsto no item 15.8.1, documentação que atestaria a sua qualificação técnica, e a diligência não se presta para a inclusão de documento novo que já deveria fazer parte dos documentos anteriormente enviados, o que derruba por terra a sua irresignação.

Não se trata de documento incompleto, e sim de documento faltante, e a juntada é considerada como juntada de documento novo, o que é vedado, haja vista que se assim ocorrer, ferido de morte está o princípio da Isonomia.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA INSERVÍVEIS**

O edital, em seu item 19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, assim dispõe:

##### **19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**19.1 -** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.2.1 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

19.2.1.1 Parcela de maior relevância: **DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO<sub>2</sub>), PARA USO EM VIDEOSQUIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG. (pelo menos 480).**

Verifica-se conforme consta no subitem citado do Instrumento Convocatório, há a exigência de que deve ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica que comprove: **Parcela de maior relevância: DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO<sub>2</sub>), PARA USO EM VIDEOSQUIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG. (pelo menos 480).**

Diante da presente situação fática, não há que se falar em ofensa ao princípio da proposta mais vantajosa, uma vez que os princípios norteadores da licitação pública devem ser entendidos em sua completude, e não interpretados isoladamente, ou privilegiando um em detrimento do outro, como quer fazer crer a Recorrente.

Não se pode olvidar que a administração deve sim buscar seleção da proposta mais vantajosa, **porém sem comprometer os demais princípios atinentes ao julgamento e processamento da licitação tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo das propostas.**

A par das normas inerentes ao procedimento licitatório, em especial, **a obrigatoria observância dos princípios e normas legais pertinentes**, data máxima vênua, necessária a manutenção da inabilitação da Recorrente no presente certame ao fundamento de que não foram observadas as normas legais e editalícias.

A inabilitação da Recorrente tem respaldo na Lei, haja vista que, a empresa não seguiu os critérios objetivos definidos nos itens a seguir elencados, conforme restou demonstrado.

E, como podemos observar, a Recorrida não apresentou Atestado de Capacidade Técnica que cumpra as exigências constantes do subitem 19.2.1.1, quando apresenta Atestados de Capacidade Técnica que não comprovam desempenho no fornecimento em relação à parcela de maior valor, qual seja, **DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO<sub>2</sub>), PARA USO EM VIDEOSQUIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG.**

Da análise da documentação acostada aos autos pela Recorrida, verifica-se que a mesma não foi

capaz de arrolar sequer um Atestado de Capacidade Técnica que comprove a experiência pretérita no fornecimento **DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO<sub>2</sub>)**.

Primeiramente cabe destacar que a não podem ser considerados como documento apto a atender o item subitem 19.2.1.1, uma vez que o mencionado item é categórico quando declara:

**19.2.1.1 Parcela de maior relevância: DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO<sub>2</sub>), PARA USO EM VIDEOSQUIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG. (pelo menos 480)**

Portanto, os documentos apresentados não são servíveis para atestar a aptidão da Recorrida no fornecimento de **DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO<sub>2</sub>)**, e aceitar a juntada posterior de documento que deveria fazer parte da documentação de habilitação pe ferir de morte ao princípio da Isonomia e da legalidade.

No que diz respeito aos atestados de capacidade técnica, é necessário considerar que a **exigência de atestado no edital tem por finalidade verificar se a licitante executou atividade pertinente e compatível com objeto licitado**.

O Atestado de Capacidade Técnica deve conter detalhes a respeito da quantidade ou tempo de execução do serviço e o grau de satisfação da empresa que está emitindo o documento, informações essas que os documentos citados juntados pela recorrida são omissos, o que os torna inservíveis para o fim colimado.

Não há que se falar em formalismo moderado na aceitação de documento novo e dos documentos apresentados, haja vista que os mesmos sequer expressam as informações necessárias para a avaliação da aptidão da Recorrida.

Portanto, reitera-se o pedido para a desconsideração dos documentos apresentados juntamente com a peça de recurso, haja vista a juntada posterior, devendo assim ser mantida a decisão que segue:

Mensagem do Pregoeiro Item 1

Para 28.834.487/0001-27 - Senhor licitante,  
considerando a **ausência da referida exigência** terei  
que que **desclassificar** vossa empresa.

Enviada em 04/09/2024 às 15:28:37h

Neste sentido, está claro que a **RECORRIDA NÃO ATENDE A CAPACIDADE TÉCNICA PARA O ATENDIMENTO DO FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, POIS NÃO ATENDE AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**.

Assim corrobora o entendimento sobre os documentos exigidos abaixo:

*No certame licitatório, os documentos que podem ser exigidos quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal estão adstritos àqueles previstos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 2056/2008 Plenário (Sumário)*

Ora Sr. Pregoeiro, a exigência de comprovação da capacidade de entrega em características e quantidades compatíveis exigidos em edital devem ser cumpridos, por si só, bem como se fundamentam na segurança da prestação de serviços solicitada no objeto, portanto não podendo ser desconsideradas e não observadas.

A exigência do edital convocatório para fins de comprovação de capacidade técnica contida no Subitem 19.2.1.1 do edital, é clara.

Mediante o exposto, torna-se claro que a Recorrida, **NÃO ATENDEU A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA** prevista no Subitem 19.2.1.1, vindo notoriamente frustrar o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, devendo, portanto, o posicionamento do r. Pregoeiro ser reavaliado e devidamente retificado.

Portanto, **NÃO TENDO COMPROVADO SUA CAPACIDADE TÉCNICA PARA O FORNECIMENTO DE DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO2) ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, DESRESPEITANDO O PREVISTO NO ATO CONVOCATÓRIO, QUANTO À COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E CAPACIDADE TÉCNICA, DEVE SER DECLARADA A DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO DA RECORRIDA.**

Assim corrobora o Acórdão 383/2010 Segunda Câmara (Relação), a empresa **RECORRIDA NÃO ATENDEU OS REQUISITOS MÍNIMOS e MERECE SER DESABILITADA:**

*Proceda à inabilitação de licitante que não atenda os requisitos de qualificação estabelecidos no edital, sob pena de infração ao art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 383/2010 Segunda Câmara (Relação)*

De acordo com o entendimento o Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário), esta Administração Pública deve atender às regras definidas na lei e no edital:

*São plenamente vinculados os atos praticados no âmbito do procedimento licitatório, uma vez que estes devem obedecer às regras definidas na lei e no edital a que estão jungidos, não cabendo aos responsáveis deliberadamente ignorá-las. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário)*

Neste sentido, torna-se claro que a Recorrida **NÃO ATENDE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** desejada por essa administração, vindo notoriamente frustrar o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, devendo, portanto, o posicionamento do r. Pregoeiro ser devidamente ratificado.

## 5. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

É sabido que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação e ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustraria a própria razão de ser da licitação e, ainda, violaria os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como os **Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Julgamento Objetivo e Igualdade**.

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput), bem como a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

O **Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório** constitui uma garantia, que vincula tanto a Administração Pública quanto às licitantes. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do Princípio do Procedimento Formal que determina que a Administração observe as regras por ela própria lançadas no instrumento convocatório que convoca e rege a licitação.

De acordo com o posicionamento de Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes.

O Tribunal Regional Federal 2ª Região proferiu:

“Em se tratando de licitação pública **vige o princípio da estrita obediência ao instrumento convocatório, que vincula tanto a Administração como todos os participantes**. Sendo descumpridas quaisquer de suas normas, sujeita-se ao candidato infrator às sanções previamente estabelecidas. No caso, a empresa Agravada foi excluída do certame por desatender aos itens 1.1 e 3 previstos no edital. Qualquer outra solução levada a efeito pela Agravante, **que não a de desclassificar a Agravada, provocaria a completa inversão de valores desafiando-se a todos os demais princípios norteadores da Administração Pública**. Agravo Provido. Liminar não referendada.” (TRF 2ª R. – AI 97.02.43008-9-RJ-2ª T. – Rel. Des. Fed. Sérgio Feltrin Corrêa – DJU 23.01.2001 – p. 49) (g/n).

E como garantia dessa igualdade, a Lei 14.133/21 instituiu a obrigatoriedade de observar e cumprir as disposições do instrumento convocatório, tanto por parte da administração pública, quanto por parte das empresas participantes. Este princípio pode ser verificado no art. 65, caput, da Lei nº 14.133/21:



**“Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.”.(g/n)**

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, preceituado no art. 5º, da Lei das Licitações, tem a finalidade específica de instruir o administrador a não se desviar das regras e determinações estabelecidas previamente à licitação. O ato convocatório presta-se a regulamentar o procedimento licitatório e estabelecer as condições de participação e julgamento. Todos que participam do certame têm ciência e conhecimento das regras, tendo plena consciência de que o descumprimento de qualquer das exigências levará à sua exclusão da disputa.

Pelo princípio da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, toda e qualquer exigência constante do edital deve ser considerada importante e essencial à Administração, pois, caso contrário, nem deveria constar do ato convocatório. Dessa forma, se a exigência faz parte do Edital, deve ser obedecida por todos os licitantes.

Segundo a Ilustre jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

*“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).*

*Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.*

*Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.” (g/n)*

Neste seguimento, cabe transcrever trecho do Acórdão proferido pela Primeira Turma do STJ.

**“REsp n. 421.946-0 - DF. Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO. Primeira Turma. Unânime. Data do julgamento: 7.2.2006.**

*Administrativo. Licitação. Descumprimento de regra prevista no edital licitatório. Art. 41, caput, da Lei n. 8.666/1993. Violação. Dever de observância do edital.*

*(...) II - O art. 41 da Lei n. 8.666/1993 determina que: “Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

*III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da república. Outra não seria a necessidade do vocábulo “estritamente” no aludido preceito infraconstitucional.*

***IV - “Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei n. 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.”(in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385)***

***V - Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se “estritamente” a ele”. (g/n)***

Conclui-se que a decisão de manter a empresa Recorrente inabilitada deve prosperar pois a mesma **NÃO ATENDE À EXIGÊNCIA DO EDITAL.**

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput), bem como a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Leciona Gasparini que:

***“Todos devem ser tratados por ela igualmente tanto quando concede benefícios, confere isenções ou outorga vantagens como quando prescreve sacrifícios, multas, sanções, agravos. Todos os iguais em face da lei também o são perante a Administração . Todos, portanto, têm o direito de receber da Administração o mesmo tratamento, se iguais. Se iguais nada pode discriminá-los. Impõe-se aos iguais, por esse princípio, um tratamento impessoal, igualitário ou isonômico. É o princípio que norteia, sob pena de ilegalidade, os atos e comportamentos da Administração direta e indireta. É, assim, um dos direitos individuais consagrados tanto à proteção dos brasileiros como dos estrangeiros submetidos à nossa ordem jurídica.” (g/n)***

Assim ensina Meirelles que:

***“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigale os iguais ou iguale os desiguais (art. 3º, §1º). O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público.” (g/n)***

Segundo a Ilustre professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

***“O princípio da igualdade constitui um alicerce da licitação, na medida em que este visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.***

***No §1º, inciso I do artigo 3º da Lei 8.666/93, está implícito outro princípio da licitação, que é o da competitividade decorrente do princípio da isonomia.”(g/n)***

Sobre a obrigatoriedade de observância do Princípio da Isonomia, assim já se manifestou nossos Egrégios Tribunais:

***TJ-DF - Remessa de Ofício RMO 20130111772162 DF 0010268-39.2013.8.07.0018 (TJ-DF) - Data de publicação: 13/10/2014***

***Ementa: ADMINISTRATIVO. REMESSA DE OFÍCIO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DE LICITAÇÃO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. DISPOSIÇÕES CLARAS E PARÂMETROS OBJETIVOS. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS. CRITÉRIO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DA COMPETITIVIDADE. E DA IMPESSOALIDADE.***

***1. O edital de licitação não pode dar margem a dúvida interpretativa, devendo indicar obrigatoriamente o critério de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos (art. 40, VII, da Lei n. 8.666/93), como forma de garantir a ampla competição e o respeito ao princípio da isonomia. 2. O instrumento convocatório deve obedecer ao critério do julgamento objetivo, com a finalidade de impedir interpretações subjetivas que possam subverter os princípios da impessoalidade e da legalidade. 3. A concessão de prazo para apresentação de documentos em favor de apenas alguns licitantes em detrimento de outros, configura hipótese de violação aos princípios da isonomia, da ampla competição, da impessoabilidade e da legalidade. 4. Remessa de Ofício conhecida e não provida.***

***TJ-DF - AGRAVO INOMINADO AGI 20080020031837 DF (TJ-DF)Data de publicação: 08/09/2008***

***Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. LICITAÇÃO. RIGOROSO CUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O CERTAME. PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, DA ESTRITA LEGALIDADE, DA***

**IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA.** 1.O RIGOROSO CUMPRIMENTO DAS NORMAS QUE DISCIPLINAM O CERTAME, SEM A FEITURA DE CONCESSÕES, CARACTERIZA RESPEITO À SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ESTRITA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE E DA ISONOMIA. 2.PAUTAR-SE DE ACORDO COM A ESTRITA LEGALIDADE SIGNIFICA AGIR DE ACORDO COM A NORMA QUE REGULA O CASO CONCRETO, SEM A ABERTURA DE EXCEÇÕES QUE DEPENDAM DA ANÁLISE SUBJETIVA DO AGENTE PÚBLICO, EXTRAPOLANDO OS LIMITES TRAÇADOS PELA LEI. 3.EM SE TRATANDO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, O ATUAR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE ENCONTRA VINCULADO AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE, SIGNIFICANDO QUE ELA NÃO PODE AGIR COM VISTAS A PREJUDICAR OU BENEFICIAR PESSOAS DETERMINADAS, UMA VEZ QUE É SEMPRE O INTERESSE PÚBLICO QUE TEM DE NORTEAR O SEU COMPORTAMENTO. 4.A CONDUTA EM DEBATE CONFERE TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE OS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO, IMPEDINDO QUE JULGAMENTO DO AGENTE ADMINISTRATIVO, COM BASE EM CRITÉRIOS PESSOAIS DE RAZOABILIDADE, POSSAM INTERFERIR NA SELEÇÃO OBJETIVA DO CANDIDATO QUE MELHOR ATENDE À FINALIDADE PÚBLICA EXPRESSA NA LEI. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.

Pois bem, ao manter a decisão de inabilitação da Recorrente, a Administração Pública atuará em conformidade com o que determinou o instrumento convocatório, privilegiando princípios aqui já mencionados sem que haja qualquer instauração de arbitrariedade nas decisões relativas aos procedimentos licitatórios, sendo certo que este é o objetivo em se tratando de contratações envolvendo interesse público.

Assim, por todo exposto, a Air Liquide Brasil Ltda., ciente da seriedade desse renomado órgão, bem como desta comissão de licitação, requer a análise desta peça e aos fatos trazidos, em que pugna que **a decisão que declarou a empresa Recorrente inabilitada** por descumprimento às exigências contidas no ato convocatório, **seja mantida**.

Neste diapasão, requer de acordo com os fatos, disposições legais e doutrinárias trazidas a V.Sa., que Vosso posicionamento seja mantido e ratificado, sob pena de restar frustrado todo o procedimento licitatório realizado.

## **6. DO PEDIDO.**

Diante do exposto, a **AIR LIQUIDE** requer seja **NEGADO PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Recorrente, vez que o recurso é meramente protelatório, o que consiste em uma ofensa ao discernimento dos julgadores, haja vista, que foi estritamente observado no presente procedimento licitatório todos os requisitos legais.

Portanto, deve ser mantida na íntegra a decisão de **INABILITAÇÃO** da empresa Recorrida **GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**

Neste sentido, caso o recurso interposto pela Recorrente seja encaminhado para a Autoridade Superior competente, pugna ainda que estas contrarrazões sejam enviadas em conjunto, em total observância às garantias do contraditório e ampla defesa preconizados por nossa Carta Magna.

Termos em que pede  
Recebimento, acolhimento e provimento.

São Paulo (SP), 16 de setembro de 2024.

---

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**